DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9253/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/2461/2013
PROTOCOLO	:	1326765
ÓRGÃO	:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DO AGRONEGÓCIO DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO	:	NATAL BAGLIONI MEIRA BARROS
CARGO DO JURISDICIONADO	:	SECRETÁRIO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	EMPENHO Nº 10/2010
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CONVITE Nº 593/2010
CONTRATADA	:	INFORTECH INFORMÁTICA LTDA - ME
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) MICROCOMPUTADORES.
VALOR INICIAL	:	R$ 12.661,20
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª, 2ª E 3ª FASES. AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) MICROCOMPUTADORES. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 593/2010, DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EMPENHO Nº 10/2010. OBJETO CUMPRIDO. QUITAÇÃO.

O processo em epígrafe se refere à contratação pública iniciada pelo procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 593/2010, que originou o Empenho nº 10/2010 (f. 15), emitido pelo **Município de Campo Grande - MS**, CNPJ/MF nº 03.501.509/0001-06, por meio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio,** representada por seu Secretário Municipal, Sr. Natal Baglioni Meira Barros, CPF/MF nº 048.282.321-68, em favor da empresa **Infortech Informática Ltda - Me**, CNPJ/MF nº 07.695.627/0001-53.

O objeto do empenho é a aquisição de 6 (seis) microcomputadores, conforme especificações constantes da nota de empenho (f. 15), no valor de R$ 12.661,20 (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos).

Em sua análise conclusiva ANA - 2ICE - 25463/2015 (f. 99-104) a 2ª Inspetoria de Controle Externo se manifestou pela regularidade e legalidade do Convite nº 593/2010, da formalização e execução da Nota de Empenho nº 10/2010.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR - MPC - GAB.6 DR.JAC - 16186/2016 (f. 105-106) opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, formalização e execução do empenho, nos termos do artigo 120, I, II e III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Estando o processo em condições para tanto, a presente decisão compreenderá as três fases, nos moldes do artigo 121, IV, "a", Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

O mérito da questão repousa no procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 593/2010, na formalização do Empenho nº 10/2010 e em sua Execução Financeira.

No que tange ao procedimento licitatório, este seguiu os ditames da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, acompanhado da dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, da aprovação pela assessoria jurídica, das atas e deliberações da comissão, do parecer jurídico e dos atos de adjudicação e homologação do resultado.

A Nota de Empenho nº 10/2010, datada de 18 de novembro de 2010 (f. 15), no valor de R$ 12.661,20 (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos), obedeceu às determinações da Lei Federal n° 4.320/64.

De acordo com os documentos constantes nos autos, a Execução Financeira do empenho restou devidamente comprovada através da Nota de Empenho, Notas Fiscais e Ordens de Pagamento colacionadas aos autos, conforme demonstra planilha a seguir:

EMPENHO	PAGAMENTOS	NOTAS FISCAIS
R$ 12.661,20	R$ 12.661,20	R$ 12.661,20

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 120, I, II e III, c/c o artigo 121, IV, "a" e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade de Convite nº 593/2010 e formalização do Empenho nº 10/2010, emitido pelo **Município de Campo Grande - MS**, CNPJ/MF nº 03.501.509/0001-06, por meio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio,** representada por seu Secretário Municipal, Sr. Natal Baglioni Meira Barros, CPF/MF nº 048.282.321-68, em favor da empresa **Infortech Informática Ltda - Me**, CNPJ/MF nº 07.695.627/0001-53;

2 – Pela **regularidade** e **legalidade** da execução financeira do Empenho nº 10/2010, tendo em vista a execução do objeto, a exatidão dos valores e o regular cumprimento das obrigações;

3 – Pela **quitação** ao responsável, Sr. Natal Baglioni Meira Barros, CPF/MF nº 048.282.321-68, nos moldes do artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com o artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013;

4 - Pela **intimação** dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 30 de setembro de 2016.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

Relator